

Contrato Administrativo nº 09/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATOS COSTA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

Pelo presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviço que celebram entre si o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Euzebio Calisto Vieceli, e o Município de Matos Costa, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.102.566/0001-51, com sede administrativa na Rua Tereza Cristina, 344 CEP 89558-800, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Raul Ribas Neto.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Claúsula Primeira-Aplica-se ao presente Contrato de Prestação de Serviço as disposições da Legislação Federal de Licitações, Lei nº 8.666/93, e de Consórcios Públicos, Lei 11.107/05, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CIS-AMARP, Lei Municipal nº 1655, de 03 de junho de 2009, bem como as cláusulas do Contrato de Programa 11/2010.

Claúsula Segunda-O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art.24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Claúsula Terceira-Este Contrato de Prestação de Serviço tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Matos Costa ao CIS-AMARP para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 011/2010.

DOS VALORES E FORMA DE REPASSE

Claúsula quarta-Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao CIS-AMARP:

- a) A importância variável até o máximo de R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), de acordo com a utilização dos serviços mensais conforme a cota do município, expressa em planilha de gastos encaminhada mensalmente pelo CIS-AMARP ao Município.

Parágrafo único- O Município repassará ao CIS-AMARP, a despesa variável até o dia 15 do mês subsequente ao da prestação do serviço.

DOS RECURSOS

Cláusula quinta-As despesas que decorrem da aplicação deste termo de Contrato de Prestação de Serviço correrão por conta de dotações específicas do orçamento fiscal do Município de Matos Costa.

Cláusula sexta-Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de prestação de serviço.

DAS RESPONSABILIDADES

É RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO:

- I- Receber e Contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9º da Lei Federal 11.107;
- II- Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do município de Matos Costa, todas as despesas realizadas com os recursos hora pactuados, de forma que possam ser contabilizados nas contas do município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades atendidos o parágrafo 4º, artigo 8º da Lei Federal 11.107.
- III- Aplicar os recursos repassados pelo município exclusivamente nas ações previstas no Contrato de Programa e no Orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciados;
- IV- Disponibilizar relação atualizada dos prestadores de serviços credenciados e contratados, com identificação dos procedimentos e respectivos custos.

É RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE:

- I- Emitir as autorizações para atendimento aos usuários;
- II- Promover o controle de uso dos procedimentos pactuados para identificar o limite de uso de acordo com seu repasse;
- III- Receber a prestação de contas e consolidar nas contas do município;
- IV- Apresentar os resultados da execução, ao Conselho Municipal de Saúde;
- V- Efetuar o repasse mensal do recurso conforme estabelecido;
- VI- Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas.

DA VIGÊNCIA

Cláusula sétima-O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, até o dia 31 de dezembro de 2014.

DAS PENALIDADES

Cláusula oitava-O consorciado inadimplente com o CIS-AMARP será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula nona-Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima -Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia Geral.

DO FORO

Cláusula décima primeira-Fica eleito o foro da Comarca de Videira S/C para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima segunda-Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Videira, 02 de janeiro de 2014.

Euzebio Calisto Vieceli
Presidente CIS-AMARP

Raul Ribas Neto
Prefeito de Matos Costa

TESTEMUNHAS:

VISTO:

Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588